

Teresópolis, 12 de junho de 2019.

Considerando o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que determina que compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação: promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; e estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

Considerando o artigo 55 da Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que determina que os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) têm como atribuição e competência, entre outras, propor os valores a serem cobrados e aprovar os critérios de cobrança pelo uso da água da bacia hidrográfica, submetendo à homologação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI-RJ) bem como dirimir, em primeira instância, eventuais conflitos relativos ao uso da água;

Considerando que o Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) é um colegiado formado por diretores dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. Dentre suas missões estão a articulação e a promoção da gestão das águas, bem como a articulação com outras instâncias de governança das águas, assumindo um importante papel representativo no diálogo a nível estadual e federal, buscando a integração dos Comitês de bacia, que representam a Gestão de Recursos Hídricos.

Considerando que este modelo de Governança deve proporcionar a inclusão, inovação e sustentabilidade e que o Ministério do Meio Ambiente por meio das Conferências Nacionais Infanto-Juvenil de Meio Ambiente vêm proporcionou a criação de importantes espaços de participação e articulação da juventude nas discussões de ações concernentes às questões ambientais e em particular a Recursos Hídricos;

Considerando que no texto orientador do eixo temático - Meio Ambiente, da 3ª Conferência Nacional de Juventude, que ocorreu em Brasília, em dezembro de 2015, destacou-se que "...é preciso ampliar a percepção da juventude sobre a temática e sobre uso múltiplo da água...", além de que "... Diante desta situação, é um problema o baixo envolvimento de jovens na discussão sobre os recursos hídricos e em espaços democráticos de gestão de águas, como por exemplo, os comitês de bacias".

Anualmente o FFCBH realiza, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, o Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas – ECOB. Este ano o ECOB teve a sua 7ª edição, sendo realizado entre os dias 10 e 12 de junho de 2019 na cidade de Teresópolis/RJ, região hidrográfica Piabanha, e fomentou o debate de soluções pertinentes ao uso dos recursos hídricos do estado com a participação de aproximadamente 260 pessoas, incluindo representantes do poder público, iniciativa privada, instituições de ensino, pesquisa e extensão, sociedade civil, entre outros. O tema proposto foi: “Rios Fluminenses: O que temos e o que queremos.”, onde a linha principal de discussão foi o Enquadramento. Ocorreram mesas de debate e discussão com participação ativa dos envolvidos, tratando desde a definição do que é enquadramento, diagnósticos da implementação do instrumento no país, entraves e desafios para sua implantação e estratégias de monitoramento. Considerando a responsabilidade dos Comitês de Bacia Hidrográfica em articular, implementar e promover a gestão das águas; e a convicção, em relação à relevância do evento e a importância do engajamento das suas ações e intensa troca de experiências em salvaguarda da luta pela gestão eficiente dos recursos hídricos; vimos a público compartilhar os encaminhamentos advindos das discussões no VII Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas:

- Melhorar as bases de dados sobre usuários e de outorgas de uso da água, monitoramento hidrometeorológico e de qualidade da água, bem como a e

divulgação de dados de qualidade de água, acompanhados das vazões correspondentes.

- Definir um número inicial reduzido de parâmetros relacionados aos principais problemas da bacia.
- Selecionar trechos mais relevantes de corpos hídricos e para neles calcular vazões de referência, bem como curvas de permanência, usando modelagem de cenários futuros de remoção de cargas.
- Focar as ações em áreas críticas que demandam maior atenção para gestão de recursos hídricos
- Utilizar mapeamento feito pela ANA no Atlas de esgotos e avaliar das estações de tratamento de esgotos de cada bacia hidrográfica.
- Definir metas de enquadramento progressivas realistas, considerando custos, mobilização da sociedade e ODS 6, mesmo que em alguns casos o alcance das metas ultrapasse o horizonte do plano.
- Criar interface com outorga para lançamento de efluentes.
- Aprimorar o processo participativo com maior conscientização da importância do setor de usuário no processo decisório.
- Realizar painel específico para contemplar: Mulher, água, saneamento e sustentabilidade, assegurando inclusive o tema mulher no meio rural.
- Pactuação entre os diversos entes do sistema para maior integração de ações.
- Utilizar linguagem clara nos ECOBs, assegurando a participação efetiva da sociedade civil e, o fortalecimento dos mecanismos de transparência nos CBHs;
- Criar sistemas de ouvidorias e conselhos para incluir saberes, opiniões e ideias de pessoas idosas;
- Fortalecer a articulação política para promover os planos de bacia e seus respectivos enquadramentos;
- Participar na elaboração e atualização de planos diretores;

- Participar nos Conselhos municipais e de gestão que tratam de assuntos ligados aos CBHs;
- Estabelecer metas factíveis para os diversos aspectos dos planos de bacias, incluindo enquadramento;
- Incentivar que os CBHs busquem a integração com o setor agrícola;
- Fomentar a participação do setor agrícola nos Comitês;
- Estabelecer metas progressivas e factíveis de classes para os diferentes trechos;
- Incentivar que os CBHs concentrem esforços para enquadrar trechos cujas classes precisam ser mantidas, evitando piora na sua condição e, num segundo momento, enquadrar trechos que demandem grandes investimentos, considerando as pactuações necessárias para tal;
- Efetuar ações de monitoramento em parceria com o órgão gestor a fim de elaborar um diagnóstico prévio e avaliar a posterior efetividade do enquadramento das respectivas regiões hidrográficas;
- Recomendar aos CBHs a criação de um GT para tratar a questão do enquadramento com, sempre que possível, com a participação de representante participando da Câmara técnica de instrumentos de gestão do CERHI;
- Incluir nas pautas dos CBHs o debate sobre mudanças climáticas e a agenda 2030;
- Priorizar o tratamento de esgotos no Estado do Rio de Janeiro;
- Acompanhar e propor à AGENERSA a ampliação da regulação das concessionárias de saneamento básico;
- Cobrar do Estado/CEDAE o saneamento total dos rios Queimados, Poços e Ipiranga, tributários da ETA Guandu;
- Apoiar a construção os planos de educação ambiental nos CBHs;
- Promover diálogo entre a articulação nacional de políticas públicas de educação ambiental e as CTEAs e GTEAs dos CBHs
- Ser compromisso do Fórum Fluminense buscar uma articulação com a ALERJ para elaboração de projetos de leis que beneficiem os CBH's

- Rever a definição de uso insignificante de acordo com as características de sua bacia, diante da necessidade de garantia da segurança hídrica.
- Propor a alteração da pontuação do ICMS-verde, na categoria água, de modo a incluir outros critérios que visem a melhoria quali-quantitativa da água, além do fornecimento de água para outros municípios.
- Avaliar a possibilidade de efetuar a cobrança das PCHs, além de seus impactos sinérgicos na bacia.
- Realizar o ECOB na bacia do CBH que coordena o Fórum Fluminense.
- Propor ações para minimizar o tempo de análise, pelo Inea, dos processos de outorgas.
- Incluir nos próximos encontros a linha temática: Fórum de Jovens, assegurando a presença dos jovens inclusive nos ENCOBs;
- O espaço destinado a juventude no ECOB deverá permitir criar, deliberar e dirigir esta parte, para a fomentação e discussão da visão e importância da água para a juventude, com disponibilização de capacitação;
- Garantir a discussão no âmbito dos colegiados sobre inserção da Juventude de forma efetiva nas discussões de recursos hídricos por bacias hidrográficas;
- Incentivar a formação de Fóruns de Juventudes em Recursos Hídricos por Bacias Hidrográficas;
- Estimular a criação de cursos técnicos de nível médio e superior na área de gestão e conservação de recursos hídricos e saneamento ambiental, de modo a formar agentes multiplicadores de gestão de recursos hídricos;
- Incentivar instituições de ensino e pesquisa a ampliar as linhas de pesquisa em recursos hídricos de forma a contemplar, entre outros, estudos sobre tecnologias sociais e uso racional da água;
- Incentivar a formação de redes sociais em recursos hídricos para a divulgação e troca de experiências das diferentes ações promovidas pela juventude;



- Desenvolver campanhas específicas sobre o tema água voltada para escolas e universidades (diálogo com grêmios e conselhos de educação);
- Elaborar material para divulgação da existência de colegiados jovens, atuantes na gestão de recursos hídricos, sua importância e a necessidade de maior participação;
- Estabelecer “Dia de Mobilização” para a organização de colegiados jovens em associações, escolas e universidades;

Atenciosamente,

José Arimathéa Oliveira
Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas
Coordenador Geral